

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.750 - RJ (2019/0023792-1)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : ANA CECILIA LAMEIRA HINGEL RODRIGUES DE SOUZA
(PRESO)
ADVOGADO : MÁRIO REBELLO DE OLIVEIRA NETO - RJ023550
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por ANA CECÍLIA LAMEIRA HINGEL RODRIGUES DE SOUZA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, proferido no julgamento do HC n. 0063250-75.2018.8.19.0000.

Consta dos autos que a recorrente foi presa preventivamente e denunciada como incurso nos delitos tipificados nos art. 33 e 35 c.c art. 40, IV, todos da Lei n. 11.343/2006 (tráfico e associação para o tráfico de entorpecentes).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTE E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ARTIGO 33, CAPUT, E ARTIGO 35, AMBOS DA LEI Nº 11.343/06. APREENSÃO DE 460,0g DA SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE DENOMINADA CLORIDRATO DE COCAÍNA, ACONDICIONADA EM 256 CÁPSULAS DO TIPO "EPPENDORF", ALÉM DE 335,0G DA SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE DENOMINADA CANNABIS SATIVA L., POPULARMENTE CONHECIDA COMO MACONHA, SOB A FORMA DE 01 TABLETE DE ERVA SECA, PICADA E PRENSADA. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA. IMPETRANTE ALEGA QUE O PACIENTE SE ENCONTRA SOFRENDO CONSTRANGIMENTO ILEGAL DIANTE DA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS NECESSÁRIOS À DECRETAÇÃO DA PRISÃO, BEM COMO ADUZ SER INCABÍVEL A DECRETAÇÃO DA REVELIA DA PACIENTE. PRIMEIRAMENTE, CABE REGISTRAR QUE NÃO CABE DISCUTIR MATÉRIA DE MÉRITO UTILIZANDO O PRESENTE WRIT, EM ESPECIAL, EM SESSÃO DE JULGAMENTO. O HABEAS CORPUS É MEDIDA EXTREMA A SER UTILIZADA QUANDO ALGUÉM SOFRE, OU SE ACHA NA IMINÊNCIA DE SOFRER, UM CONSTRANGIMENTO ILEGAL, PRINCIPALMENTE NA SUA LIBERDADE DE IR E VIR, ADMITINDO APENAS UM EXAME PERFUNCTÓRIO DA PROVA E, NÃO O EXAME DE PROVA DO FATO DELITUOSO. REQUISITOS

DO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL QUE SE IMPÕEM OBSERVADOS. INDICAÇÃO DO SUPORTE FÁTICO A JUSTIFICAR A SEGREGAÇÃO CAUTELAR. DECISÃO FUNDAMENTADA, ATENDENDO AOS DITAMES DO ARTIGO 93, INCISO IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POR FIM, VERIFICA-SE QUE A SENTENÇA CONDENATÓRIA FOI PROLATADA EM 23 DE OUTUBRO DO CORRENTE ANO. COMPULSANDO OS AUTOS VERIFICA-SE QUE A PACIENTE RESPONDEU AO PROCESSO ACAUTELADA, RAZÃO PELA QUAL, O JUÍZO A QUO DECIDIU PELA MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR COM O ADVENTO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA, EIS QUE SE ENCONTRAM INALTERADOS OS MOTIVOS QUE AUTORIZARAM A SUA PRISÃO E, QUE SE ENCONTRAM AINDA MAIS EVIDENTES DIANTE DA SENTENÇA CONDENATÓRIA RECORRÍVEL. IN CASU, FOI IMPETRADA INDEVIDAMENTE A ORDEM COMO SUBSTITUTIVA DE RECURSO DE APELAÇÃO. EMBORA A INSTRUÇÃO CRIMINAL TENHA SE ENCERRADO, PERSISTE A NECESSIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA PARA RESGUARDAR A ORDEM PÚBLICA, DIANTE DA GRANDE QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA E O RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA, BEM COMO PARA ASSEGURAR A APLICAÇÃO PENAL, NOTADAMENTE PORQUE A PACIENTE SOMENTE LOGROU SER PRESA, 08 MESES APÓS A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA, O QUE DEMONSTRA O RISCO CONCRETO DE FUGA, UMA VEZ QUE AGORA PAIRA SOBRE A PACIENTE UMA CONDENAÇÃO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. DENEGAÇÃO DA ORDEM. (fls. 53/55)

No presente recurso, sustenta que não foi apresentada fundamentação idônea para a decretação da prisão preventiva, a qual estaria baseada na gravidade abstrata do delito e em elementos genéricos.

Ressalta as condições pessoais favoráveis da acusada e a possibilidade de aplicação das medidas cautelares alternativas à hipótese dos autos.

Requer, em liminar e no mérito, que a recorrente possa responder ao processo em liberdade, ainda que mediante a aplicação de medidas cautelares substitutivas ao cárcere.

Liminar indeferida às fls. 154/156.

Informações prestadas às fls. 175/180.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (fls. 182/185).

É o relatório.

Decido.

De início, cumpre ressaltar que foi formulado pedido idêntico em benefício da ora recorrente no HC n. 486.376/RJ, ainda pendente de julgamento.

Assim, tendo o presente recurso a mesma parte e questionando matéria anteriormente arguida no referido *writ*, o qual diz respeito à mesma ação penal de origem e impugna, inclusive, o mesmo julgado, resta configurada inadmissível reiteração, o que impede o conhecimento das alegações. Confira-se a jurisprudência pacífica deste Tribunal:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS (533, 725 KG DE MACONHA). POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO E DE USO RESTRITO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. QUESTÃO NÃO DEBATIDA NO ACÓRDÃO IMPUGNADO. EXCESSO DE PRAZO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. A impetração de habeas corpus com o objeto idêntico ao de outro já julgado caracteriza indevida reiteração de pedidos, circunstância que impede o conhecimento das alegações suscitadas.

2. Se o Tribunal de origem não decidiu o tema referente aos fundamentos da prisão cautelar da paciente no acórdão impugnado e a atual impetração não foi instruída com o julgado que debateu a questão na origem, não tem cabimento o Superior Tribunal de Justiça falar a respeito da idoneidade ou não da motivação da custódia provisória.

3. Quando o retardo na instrução decorre de circunstâncias excepcionais (por exemplo, da necessidade de se deprecar a realização de atos processuais, inclusive para citar a própria paciente, e da dificuldade em citar o outro acusado, que não está sendo localizado e contra quem está em aberto mandado de prisão), não há falar em extrapolação dos limites da razoabilidade ou em demora injustificável. A fim de que não se efetive o apontado constrangimento ilegal de excesso de prazo para formação da culpa, é recomendável o desmembramento do feito em relação à paciente.

4. Habeas corpus conhecido em parte e, nessa parte, denegado, com a recomendação ao Juízo a quo de imprimir celeridade no julgamento da ação penal, inclusive desmembrando o processo se necessário for (HC 340.037/PR, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 18/04/2016).

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. NULIDADE DA SENTENÇA. ABSOLVIÇÃO. REITERAÇÃO DE PEDIDO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO

DESPROVIDO.

I - A inicial do presente mandamus pugna pelo reconhecimento da nulidade da sentença e pela absolvição do paciente, sendo esse o mesmo pedido formulado no HC n. 334.031/SP, o que configura reiteração de pedido, processualmente inadmissível.

II - Ademais, há também, no caso, supressão de instância, uma vez que o eg. Tribunal a quo não se pronunciou sobre as matérias ventiladas no presente writ, o que impede a análise, por esta Corte Superior de Justiça, pela vez primeira, de temas não debatidos pelas instâncias ordinárias.

Agravo regimental desprovido (AgRg no HC 335.596/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 04/04/2016).

Ante o exposto, nos termos do art. 34 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator